



## Social and gender representations of teachers in a municipal elementary school

### Representações sociais e de gênero de docentes em uma escola da rede municipal de ensino fundamental

### Representaciones sociales y de género de los docentes de una escuela primaria municipal

Jiselda Meirielly de França<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

**Autor correspondente:**

Jiselda Meirielly de França

E-mail: jiseldameirielly.98@gmail.com

**Como citar:** França, J. M. (2024). Social and gender representations of teachers in a municipal elementary school. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 5(1), e19180. <http://dx.doi.org/10.20952/jrks5119180>

#### RESUMO

Tendo como referência a abordagem feminista, de gênero e interseccional, nesta pesquisa desvendou as representações sociais de docentes sobre dimensões da diversidade (raça, gênero, classe) tendo em vista a ampliação de direitos e da cidadania de alunos/as da Escola Municipal do Ensino Fundamental (EMEF). Tem como questões norteadoras: Como são construídas e reproduzidas as representações sociais de gênero dos/as docentes do ensino fundamental? Quais as representações sociais dos/as docentes sobre barreiras e preconceitos enfrentados por discentes com relação aos marcadores sociais? Em consonância com as questões, objetivos e pressupostos teóricos enunciados, optou-se, pela metodologia qualitativa em educação, na modalidade de estudo de caso. Para a recolha dos dados empíricos, foram utilizadas: bibliografia/revisão da literatura, documentos como: catálogo eletrônico de Teses e Dissertações da Capes, sobre o tema produzidas em Cursos de Pós-Graduação em Educação no Brasil; Diretrizes e Projeto Político Pedagógico da escola, entre outros. Foram priorizadas fontes orais, entrevistas semiestruturadas com o corpo docente; a observação participante e o diário de campo. Os resultados apontam para um processo multidimensional de construção de representações sociais sobre a diversidade de gênero, mediado pela escola, sociedade e trabalho profissional. Emerge a importância de mudanças no cenário escolar que contemple a diversidade.

**Palavras-chave:** Representação. Diversidade. Identidade. Gênero. Interseccionalidade.

#### ABSTRACT

Taking the feminist, gender, and intersectional approach as a reference, this research unveiled the social representations of teachers regarding dimensions of diversity (race, gender, class) with a view to expanding the rights and citizenship of students at the Municipal Elementary

School (EMEF). It has guiding questions: How are the social representations of gender constructed and reproduced by elementary school teachers? What are the social representations of teachers regarding the barriers and prejudices faced by students in relation to social markers? In accordance with the issues, objectives, and theoretical assumptions stated, the choice was made for qualitative methodology in education, in the form of a case study. For the collection of empirical data, the following were used: bibliography/literature review, documents such as the electronic catalog of Theses and Dissertations from Capes, on the topic produced in Graduate Courses in Education in Brazil; Guidelines and Political-Pedagogical Project of the school, among others. Oral sources were prioritized, semi-structured interviews with the teaching staff; participant observation, and the field diary. The results point to a multidimensional process of constructing social representations about gender diversity, mediated by the school, society, and professional work. The importance of changes in the school environment that embrace diversity emerges.

**Keywords:** Representation. Diversity. Identity. Gender. Intersectionality.

## RESUMEN

---

Tomando como referencial el enfoque feminista, de género e interseccional, esta investigación reveló las representaciones sociales de los docentes sobre las dimensiones de la diversidad (raza, género, clase) con vistas a la ampliación de los derechos y la ciudadanía de los estudiantes de la Escuela Municipal de Educación. (EFE). Sus preguntas orientadoras son: ¿Cómo se construyen y reproducen las representaciones sociales de género de las docentes de educación primaria? ¿Cuáles son las representaciones sociales de los docentes sobre las barreras y prejuicios que enfrentan los estudiantes en relación a los marcadores sociales? En consonancia con las preguntas, objetivos y presupuestos teóricos planteados, se optó por la metodología cualitativa en educación, bajo la modalidad de estudio de caso. Para recolectar datos empíricos se utilizaron: revisión bibliográfica/literaria, documentos como: Catálogo electrónico Capes de Tesis y Disertaciones, sobre el tema producidas en Cursos de Postgrado en Educación en Brasil; Lineamientos y Proyecto Político Pedagógico de la escuela, entre otros. Se priorizaron las fuentes orales y las entrevistas semiestructuradas al personal docente; Observación participante y diario de campo. Los resultados apuntan a un proceso multidimensional de construcción de representaciones sociales sobre la diversidad de género, mediadas por la escuela, la sociedad y el trabajo profesional. Se destaca la importancia de realizar cambios en el entorno escolar que tengan en cuenta la diversidad.

**Palabras clave:** Representación. Diversidad. Identidad. Género. Interseccionalidad.

## INTRODUÇÃO

---

No atual contexto educacional, a transversalidade de temas voltados às dimensões da diversidade é uma proposta que implica um processo de estreita inter-relação entre os componentes curriculares. Encontra, por outro lado, dificuldade de aplicabilidade diante da vivência pedagógica da maioria das instituições escolares do país.

De acordo com as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação nacional, entende-se que a escola tem a missão de “ensinar o aluno a desenvolver suas percepções de mundo. Ensinar ao aluno seus direitos e deveres com a sociedade. Formar cidadãos capazes de transformar a sociedade e torná-la mais justa” (LDB, 2017). Entretanto, o que se observa é que as metodologias/pedagogias utilizadas no campo da Educação, particularmente, no Ensino Fundamental, apresentam diversas lacunas, o que nos permite a busca por novas metodologias de ensino como recursos fundamentais na resposta às especificidades da diversidade humana, eficazes na criação de ambientes de aprendizagem ricos, estimulantes e potencializadores de uma educação de qualidade para todos/as os/as estudantes.

Muitas têm sido as alterações introduzidas nas estruturas educativas nas últimas décadas. O alargamento da escolaridade obrigatória e a massificação do ensino transportaram para a escola uma diversidade de alunos caracterizados por envolverias sociais e culturais, interesses, valores, conhecimentos e ritmos de aprendizagem muito divergentes. Dar resposta a tal diversidade exige da escola a capacidade de se adaptar a esta realidade, de modo a potenciar um modelo de ensino e aprendizagem que tenha em conta e respeite as características e necessidades do vasto público discente que alberga.

Seguramente que um ensino mais tradicional, concebido para responder às especificidades de um modelo de estudante, deixou não só de fazer sentido, como passou a não ser eficaz, fazendo aumentar significativamente as taxas de insucesso e abandono escolar. Espera-se, atualmente, que a escola, paralelamente ao ensino dos conteúdos escolares, esteja apta para habilitar os jovens com competências que lhes permitam trabalhar em equipe e intervir de forma crítica, consciente e autônoma. Isto é, exige-se das instituições de ensino uma educação de qualidade para todos/as: uma educação plural, democrática, inclusiva e hábil na construção de uma sociedade assente em valores de cooperação, parceria e solidariedade.

Os séculos XX e XXI foram marcados por muitas lutas pela igualdade social e respeito; porém, a intolerância à diversidade ainda se faz presente de forma persistente e naturalizada na maioria das sociedades. Os movimentos sociais, pautados nos Direitos Humanos, investem em discussões para uma educação igualitária voltada à diversidade, dentre os movimentos sociais, por exemplo, das pessoas com deficiência, os de etnia e orientação sexual. A educação igualitária é um direito básico de qualquer ser humano; contudo, o segmento da população que não se enquadra nos padrões estabelecidos pela sociedade até se insere na escola, porém, muitas vezes tende a conviver em um ambiente de exclusão social.

Nesta direção, é relevante inferir que as discussões construídas na sociedade brasileira após a promulgação da Constituição Federal de 1998, e também com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, impactam no campo educacional em diversas questões relacionadas à reconfiguração e reorganização do sistema educacional.

Neste contexto, os Movimentos Sociais ganharam maior enfoque no contexto e proposta da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, especialmente aqueles relacionados às questões etnicorraciais, de diversidade afetivossexual, da educação quilombola, da educação do campo, da educação indígena, da educação inclusiva, ganhando espaço em materialidade em documentos oficiais, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, dos Parâmetros Curriculares em Ação, e, mais atualmente, nos grandes e constantes embates relacionados ao Plano Nacional de Educação, com reflexos nos Planos Estaduais e Municipais, vale destacar as questões referente ao gênero.

Os processos educativos acontecem de múltiplas maneiras e em diferentes contextos e momentos da vida, e se apoiam, nesse sentido, na concepção de socialização ao longo da vida. Um paradigma educativo é definido como uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, de sua capacidade de discernir e agir. Em outras palavras, as práticas e os processos educativos constituem, com as realidades sociais e culturais a que se ligam, um triângulo em cujo centro, devido à dinâmica interativa dos seus lados, desenvolve um indivíduo com uma personalidade própria, prolonga o processo de hominização e de humanização (pela atualização e desenvolvimento do património cultural) e se processa uma integração socializadora (alimenta-se o dinamismo social). (Boavida & Amado, 2008).

Nesta direção, esta pesquisa tem como pressuposto a ideia de que “o preconceito em relação à temática da diversidade de gênero ainda existente em uma parte significativa da sociedade, inclusive no interior de muitas escolas, transforma-se em uma das principais barreiras para o avanço da sistematização de informações na área em questão e, conseqüentemente, para a promoção da diversidade na sociedade brasileira”. Desse modo, infere-se que os/as docentes tendem a interagir diferentemente com alunos/as sobre os quais

formaram altas ou baixas expectativas. O comportamento diferenciado frequentemente resulta em menores oportunidades para aprender e diminuição de autoestima dos/as estudantes sobre os quais se formaram baixas expectativas.

Assim, destaco que problematizar é lançar indagações, propor articulações diversas, conectar, construir, desconstruir, tentar enxergar de uma nova maneira, uma série de operações que se fazem incidir sobre o material coletado e os dados apurados. Problematizar, nas suas formulações mais irredutíveis, é levantar uma questão sobre algo que se constatou empiricamente ou sobre uma realidade que se impôs ao pesquisador. No contexto da pesquisa, apresentam-se algumas questões norteadoras:

Como são construídas e reproduzidas as representações sociais de gênero dos/as docentes da EMEF Dom José Vicente Távora? Quais as possíveis contribuições da formação acadêmica inicial e continuada dos/as docentes com relação à abordagem da diversidade de gênero no cotidiano escolar? Quais as concepções reproduzidas nos materiais pedagógicos (multimídia, livros didáticos, entre outros) adotados pelos docentes? Quais as representações sociais dos/as docentes sobre barreiras e preconceitos enfrentados por discentes com relação aos marcadores sociais?

A demarcação do objeto desta pesquisa no campo da educação dimensiona as relações de gênero e a construção das identidades no contexto escolar que congrega docentes no âmbito do ensino público de Sergipe e enseja vários questionamentos sob a perspectiva dos/as docentes. Entende-se que os/as docentes, ao se questionarem e questionarem os contextos, conteúdos, ambientes de aprendizagem e suas práticas pedagógicas, abrem possibilidades de construção de novos processos pedagógicos e novas realidades sobre o ensino.

Considerando que o agir educativo dos/as docentes pode produzir mudanças nos sentidos de diversidade dos atores sociais, que os diferentes gêneros comunicativos produzem diversos sistemas de representações e que os/as docentes precisam se aproximar das pluralidades cognitivas dos atores sociais para então implementar projetos sobre diversidade em suas múltiplas dimensões, tendo como referência a abordagem feminista, de gênero e interseccional, traçou-se como objetivo geral deste estudo desvendar as representações sociais de docentes da Escola Municipal Ensino Fundamental Dom José Vicente Távora sobre dimensões da diversidade e interseccionalidade tendo em vista a ampliação de direitos e da cidadania de estudantes do ensino fundamental da referida escola.

Considerando os seguintes objetivos específicos: a) Identificar possíveis contribuições da formação acadêmica inicial e continuada dos/as docentes da referida escola com relação à abordagem de gênero, de diversidade e interseccionalidade; b) Investigar a estrutura das representações sociais entre os/as docentes sobre a diversidade; c) Analisar as concepções reproduzidas nos materiais pedagógicos (multimídia, livros didáticos, literatura, entre outros) adotados por docentes em sala de aula sobre a temática da diversidade; d) Desvendar as representações sociais dos/as professores/as sobre preconceitos e barreiras enfrentadas pelos discentes com relação aos marcadores sociais; e) Compreender o que sentem, pensam e internalizam os/as docentes diante do fenômeno da diversidade que vem sendo debatido e inserido em um paradoxo de aceitação e não aceitação da educação para a diversidade; f) Analisar estratégias adotadas por docentes nas práticas pedagógicas favoráveis à inclusão social de alunos/as que apontam para uma resignificação no processo de ensino-aprendizagem.

Em linhas gerais, as reflexões e análises privilegiam as dimensões da microanálise do cotidiano da escola, articuladas à igualdade social na diversidade, ou melhor, às diferenças nas quais estão estruturadas as desigualdades sociais e as novas configurações identitárias. A pesquisa visa fomentar a discussão, análise e compreensão das contribuições da Educação na promoção dos Direitos Humanos. Logo, o objeto desta pesquisa tem como foco central dimensões das representações sociais construídas pelos/as docentes (da Escola Municipal Ensino Fundamental Dom José Vicente Távora) no contexto educacional, como contributo à

compreensão do lugar da formação para as relações etnicorraciais, de gênero e classe, uma perspectiva que aponta para a ampliação de possibilidades de relações sociais mais equânimes em uma sociedade mais democrática.

## METODOLOGIA

---

Para a recolha dos dados empíricos, foram utilizadas: bibliografia/revisão da literatura, documentos como: catálogo eletrônico de Teses e Dissertações da Capes, sobre o tema produzidas em Cursos de Pós-Graduação em Educação no Brasil; Diretrizes e Projeto Político Pedagógico da escola, entre outros. Foram priorizadas fontes orais, entrevistas semiestruturadas com o corpo docente; a observação participante e o diário de campo. Em consonância com as questões, objetivos e pressupostos teóricos enunciados, optou-se, como metodologia de investigação *qualitativa, na modalidade de estudo de caso*. A pesquisa de natureza qualitativa nos subsidia na compreensão do fenômeno objeto da pesquisa e oportuniza um leque de ferramentas que se aproximam do objeto a partir das suas necessidades. Conforme salienta Flick (2019, p. 27)

A relevância da pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais se dá por conta da diversidade de esferas de vida que, somada à acelerada transformação social, têm criado novos desafios e perspectivas sociais aos pesquisadores da área. Este tipo de pesquisa possibilita a análise de fenômeno social estudado sob diferentes perspectivas, além de permitir variadas abordagens, métodos, que, nesse tipo de pesquisa, discorre das diferentes linhas de desenvolvimento na história dessa metodologia e é importante para melhor caracterizar as discussões e a própria prática da pesquisa.

Nessa perspectiva, de acordo com Denzin (2006), os estudos de gênero, ao examinarem os processos de construção e de diferenciação de gênero, bem como as desigualdades, proporcionaram avanços fundamentais ao desenvolvimento das questões e das metodologias da pesquisa qualitativa. Tais estudos se inserem no âmbito das metodologias críticas, participam, em cheio, dos processos de reelaboração dos métodos das ciências humanas, pois parece indiscutível essa necessidade, nesse momento da história, ao processo de construção de teorias e, em particular, à elaboração de teorias feministas.

Assim, a abordagem feminista tende a preparar o terreno para outras pesquisas, bem como outras ações e políticas que transcendem e transformam, visto que a investigação feminista, em geral, adota a dialética e possui díspares visões, que se fundem com o intuito de produzir novas sínteses que, por sua vez, formam bases da pesquisa, da práxis e das políticas que estão por vir.

Como metodologia de pesquisa qualitativa, *o estudo de caso* objetivou a construção de uma teoria indutiva, a partir do estudo empírico de um caso, o qual pode ser considerado como um evento, ou seja, uma prática educativa ou indivíduos dentro de uma escola. A proliferação de estudos de caso na história das mulheres parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das desigualdades persistentes, mas também das experiências sociais radicalmente diferentes.

Nesse sentido, conforme Cruz (2005), os estudos de caso são importantes, tendo em vista a necessidade de decifrar especificidades em nível micro, para melhor compreensão do fenômeno em nível macroeconômico social, como também para integrar *as representações dos sujeitos*, os elementos culturais, os valores individuais e das sociedades, refletidos nos aspectos cognitivos e éticos que informam a aprendizagem e a interiorização de práticas e imagens.

Compreende-se que cientistas devem ter uma postura ativa e sistemática, construindo o objeto como um sistema coerente de relações, que deve ser posto à prova como tal. “Trata-se de interrogar sistematicamente o caso particular, constituído em ‘caso

particular do possível', como diria Bachelard, para retirar dele as propriedades gerais ou invariantes que só se denunciam mediante uma interrogação assim conduzida" (Bourdieu, 2012, p.32). Percebendo as particularidades do objeto, poderíamos encontrar as suas características invariantes e assim compreender aquilo que ele possui como generalidade, e construir, a partir daí, as leis gerais tão caras aos homens de ciência.

No desenvolvimento da pesquisa em educação, os estudos de casos solicitam dos pesquisadores sensibilidade e destreza quanto às interpretações e recorrências desveladas pelo objeto, bem como o cuidado ético na transparência das etapas e socialização dos resultados, portanto, é uma estratégia validada pela expressão de uma realidade detalhada. Entre essa crescente produção, a abordagem metodológica também ganhou novos caminhos. Com a necessidade de compreender as relações humanas, comportamentos, costumes, os cotidianos escolares e ir além dos quadros estatísticos, a pesquisa qualitativa passou a ter um enfoque maior entre pesquisas, com estudos etnográficos, pesquisa-ação, pesquisa participativa e colaborativa, narrativas e também o estudo de caso.

De acordo com Gil (2007), o estudo de caso tem por preocupação principal compreender uma instância singular, especial. O objeto estudado é tratado como único, *ideográfico* (especial, singular) mesmo compreendendo-o enquanto emergência relacional, isto é, consubstancia-se numa totalidade composta e que compõe outros âmbitos ou realidades.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. (Fonseca, 2002, p. 33).

Alves Mazzotti (2006, p. 640) pontua que os exemplos mais comuns para esse tipo de estudo são os que focalizam apenas uma unidade: um indivíduo (como os casos clínicos descritos por Freud), um pequeno grupo (como o estudo de Paul Willis sobre um grupo de rapazes da classe trabalhadora inglesa), uma instituição (como uma escola, um hospital), um programa (como o Bolsa Família), ou um evento (a eleição do diretor de uma escola). Ainda segundo a autora, podemos ter também estudos de casos múltiplos, nos quais vários estudos são conduzidos simultaneamente: vários indivíduos (como, por exemplo, professores alfabetizadores bem-sucedidos), várias instituições (como, por exemplo, diferentes escolas que estão desenvolvendo um mesmo projeto).

O processo de recolha de dados foi realizado em dois momentos: no **primeiro**, os dados empíricos através das fontes de pesquisas documentais: Fontes bibliográficas (os teóricos que discorrem sobre o tema objeto de estudo), Fontes Documentais: Catálogo eletrônico de Teses e Dissertações da Capes (trabalhos produzidos com o tema deste estudo) Cursos de Pós-Graduação, provavelmente a fonte mais utilizada para a elaboração do estado da arte. Essa consulta possibilitará a delimitação do marco temporal (2018-2022) do "estado do conhecimento", uma vez que o levantamento será efetuado em um "setor das publicações" para mapear o conhecimento produzido sobre o tema. A opção de realizar esta pesquisa na Capes se justifica pelo fato de que é uma Fundação do Ministério da Educação (MEC) que agrega a produção científica dos programas de Pós-Graduação das universidades públicas e particulares do Brasil, sendo os seus arquivos o local mais indicado para esta coleta de dados.

Em um segundo momento, foram feitas algumas anotações sobre o âmbito escolar, já que faço parte do corpo docente desta escola (observação participante) e os documentos legais fazem parte da escola, em um terceiro momento, com as Fontes Oraís: entrevista semiestruturada com os/as docentes da Escola Municipal Ensino Fundamental Dom José Vicente Távora (sede e anexo). Cada docente disponibilizou um tempo em sua agenda para

participar das entrevistas. As fontes orais da pesquisa qualitativa dispensam procedimentos sistemáticos de amostragem, com ênfase em quantificações e instrumentos estatísticos. Desse modo, foram adotados critérios intencionais de escolha para compor a amostra de respondentes, como: ser docente do ensino fundamental da escola; aceitar colaborar e participar da pesquisa, compreendida como relação social, visto que as/os sujeitas/os são movidas/os pelos fenômenos sociais. Logo, os objetos de estudos são sociais.

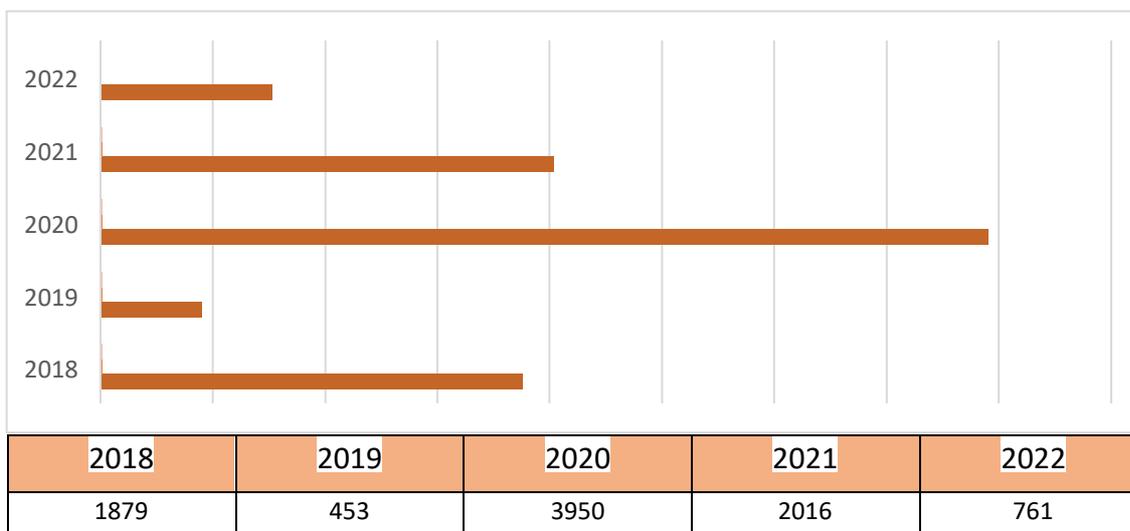
Para a recolha das informações sobre as representações dos/as docentes da pesquisa, foram entrevistados 22 docentes, que fazem parte do corpo docente da escola pesquisada, sendo que, desse, um total é composto por 18 mulheres e 4 homens.

No que concerne à observação participante, esta constituiu outra das técnicas à qual se recorrerá. Segundo Sousa (2009, p. 113), trata-se de uma “tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de modo a poder vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles”. Significa dizer que existe um envolvimento pessoal do observador na vida da comunidade educacional que pretende estudar, observando a vida do grupo a partir do seu interior, como seu membro legítimo. A implementação desse procedimento metodológico ocorreu mediante a aproximação da pesquisadora com o grupo, condição inicial necessária para a realização da pesquisa, com a participação de seus membros enquanto protagonistas e não simples objetos.

O diário de campo (anotações e observações do campo) sempre integra a observação participante e subsidiou as anotações diárias realizadas na escola-campo, enquanto instrumento de registro de dados que permitiu sistematizar as experiências, vivências do dia a dia, observações, pensamentos, reflexões profissionais e perspectivas argumentativas, auxiliando na elaboração do relatório final. O diário de campo da Escola Municipal Ensino Fundamental Dom José Vicente Távora foi escrito pós a qualificação da pesquisa de Mestrado. Por fazer parte do quadro de docentes da referida escola, tive o privilégio de vivenciar, na íntegra, o cotidiano na escola, com os/as docentes, com os/as discentes e participar de todos os eventos, projetos e “culminâncias” em prol do contexto educacional ensino-aprendizagem. Dessa forma, escrevo minhas impressões ao que foi visto e presenciado neste período decorrente deste estudo.

O estado da arte sobre o tema no Catálogo eletrônico de Teses e Dissertações da Capes, provavelmente, é a fonte mais utilizada para a elaboração do *estado da arte*, isto porque essa consulta possibilitará a delimitação do marco temporal (2018-2022) do “estado do conhecimento” por meio dos trabalhos produzidos em Cursos de Pós-Graduação em Educação no Brasil. O levantamento inicial foi efetuado em um “setor das publicações” para mapear o conhecimento produzido sobre o tema.

Gráfico - Publicações da CAPES



Fonte: Elaborado pela autora

Todos esses estudos referem-se às pesquisas qualitativas e, como procedimento metodológico, seguem observação do participante, análises de entrevistas semiestruturadas, análise interpretativa, análises de produções, análise de conteúdo e de narrativas. A etnografia baseia-se em observação do participante (período de observação) como trilha metodológica. Dessa forma, as publicações referentes à periodicidade citada explanam discussões sobre as temáticas versadas no estudo em questão. Todas as discussões abordadas e o caminho metodológico contribuem para uma amplitude do tema tratado e o quanto se faz atual e relevante serem discutidos em todas os âmbitos.

Com o intuito de problematizar e criar posicionamentos relevantes sobre os marcadores sociais, os referidos estudos se fazem necessários para indicar pontos de vista que problematizam e discorrem sobre o fortalecimento do gênero em uma perspectiva interseccional, uma ferramenta essencial às análises que buscam flagrar, na complexa articulação entre raça, gênero e classe social, os variados níveis de opressão e que tem a potência de identificar os mecanismos do sistema de dominação. Assim, todas essas conceitualizações, teorias trabalhadas nestes referidos estudos, inferem um fortalecimento/conscientização de que é relevante e, muitas das vezes, indispensável trabalhar sobre essas temáticas.

A escola não diz respeito apenas à sua estrutura formal/institucional, mas depende também das interações sociais entre as pessoas que ali estão. Na escola, os conflitos resultantes dos diferentes comportamentos, valores e modos de vida tornam-se muito evidentes, até mesmo em razão desta tradição secular de que é uma instituição que deveria ensinar valores universais – ou a cultura, num sentido nada antropológico do termo.

Assim, através da busca das dissertações e teses nesta referida plataforma, foram identificados e contabilizados os trabalhos na periodicidade delimitada anteriormente, sendo perceptível que, no ano de 2020, houve um aumento considerável no número de produções na área a qual foi proposta a pesquisar. Para tanto, faz-se relevante discutir no âmbito acadêmico sobre este tema, a fim de criar diálogos que contribuam para as práticas pedagógicas. Um ponto interessante diz respeito aos 81 trabalhos relacionados às minorias sociais (gênero, classe, raça) o que demonstra uma representação dessas minorias.

## RESULTADOS

Mediante o exposto, discorro sobre os resultados obtidos quanto às possíveis contribuições da formação acadêmica inicial e continuada dos/as docentes, por não ter

disciplinas ou cursos complementares no período em que foi cursada a licenciatura em Pedagogia. Percebe-se um certo receio em incluir este conteúdo nas práticas pedagógicas, apesar de haver uma compreensão e entendimento sobre a relevância do gênero no processo de implementação de uma educação não sexista, em prol da interseccionalidade.

Os questionamentos contemplam a estrutura das representações sociais entre professores sobre diversidade, concepções reproduzidas nos materiais pedagógicos, tem material didático no acervo da escola, livro didático em que trabalha dentro desta perspectiva da diversidade, o ponto principal se faz na intervenção através do diálogo, desta forma, os/as docentes propiciam aos estudantes um ambiente em que o respeito e a diversidade “andam” juntos.

Acerca da representação social dos/as docentes sobre diversidade sexual, a pesquisa identificou que a maioria parece engessada em ideias com certa carga de preconceito, estereótipo e reducionistas em relação à sexualidade humana. Uma pequena parte dos professores considera respeitar o outro, mesmo não possuindo ainda subsídios que fundamentem a representação.

Com este estudo, esperou-se contribuir para o conhecimento acerca da diversidade de gênero, especialmente no que tange à reflexão dos docentes como agentes participativos na transformação social.

Sobre a utilização dos textos didáticos que trabalham com a diversidade, as respostas afirmativas foram predominantes. Contudo, contraditoriamente com relação à questão da formação continuada sobre a diversidade de gênero, as respostas sinalizam distanciamento com experiências de formação continuada sobre o tema por parte de algumas docentes.

Nesse sentido, os/as docentes, tendem a naturalizar que existem práticas valorizadoras da diversidade na escola. Muitas vezes, por não entender a sua história do país se tem receio de lidar com este tema publicamente. Talvez por isso, muitos professores/as se mostram, hoje, incapazes de lidar com temáticas como diversidade e diferenças de gênero, preconceito e racismo com relação às práticas racistas que existem diariamente nas escolas. Consciente ou não, professores/as, alunos/as e funcionários se veem constantemente envolvidos em situações preconceituosas.

É importante pensar acerca de questões como diversidade, diferenças de gênero de forma crítica, já que hoje são, inclusive, utilizadas pelos discursos oficiais (inclua-se neles os governamentais) como “legítimas questões de conhecimento”. Deve-se estar atento ao fato de que as teorias sobre a diversidade e o multiculturalismo, assim como as discussões que dela emanam, sofrem da ausência de uma teoria da identidade e da diferença.

No que se refere à “construção e reprodução das representações sociais de gênero de docentes” no processo ensino aprendizagem, percebe-se motivação, determinada dedicação que ultrapassa os conteúdos obrigatórios, no relacionamento docente-estudante, visando fortalecer relações sociais democráticas e interação positiva no cotidiano da escola. Desta forma, as representações sociais são relacionadas aos processos identitários, quanto aos marcadores sociais, e através do trabalho em sala de aula dos/as docentes através de diálogos e vivências, é trabalhado que façam com que os/as estudantes reflitam essa temática.

A discriminação racial se reproduz em vários contextos sociais das relações entre vários grupos, por exemplo, entre pobres e ricos, mulheres e homens, negros e brancos, entre grupos com diversidade de orientações sexuais. Nesse contexto, a escola não se encontra isenta dessas reproduções. Ela deixou de representar o papel de instituição disciplinadora e castradora, mas continua exercendo o papel de reprodutora da ordem vigente, adequando-se às exigências governamentais que, por sua vez, incluíram em sua pauta reivindicações que se tornaram políticas públicas.

Assim, é necessário ir além dos estereótipos, desconstruir o preconceito camuflado que existe na nossa sociedade, colocar em xeque a normatividade que oprime os povos, que

condena os gêneros, a cultura da desvalorização do ser humano. E a escola é uma das instituições necessárias para que tal discussão inicie.

Trabalhar as diferenças não é uma tarefa fácil para o/a docente, porque, para lidar com elas, é necessário compreender como a diversidade se manifesta e em que contexto. Portanto, pensar uma educação escolar que integre questões dos marcadores das desigualdades significa progredir na discussão a respeito das desigualdades sociais, das diferenças raciais e de outros níveis e no direito de ser diferente, ampliando, assim, as propostas curriculares do país, buscando, então, uma educação mais democrática. Também se fazem necessárias algumas mudanças no cenário escolar para que se reverta esse perverso quadro de discriminação racial na escola. Uma formação continuada de professores numa perspectiva da diversidade; a retirada de material de conteúdo racista do acervo das escolas e a criação de um núcleo específico na Secretaria da Educação a fim de trabalhar sobre os temas no ensino brasileiro.

O/a profissional de educação tem, portanto, uma grande responsabilidade ao atuar na vida escolar, visto que ele (a) será o(a) mediador(a) no processo em que o indivíduo se apossará e reelaborará as “ferramentas” que utilizará para se guiar na cotidianidade; ou seja, docentes e pedagogos(as) estabelecem uma mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores.

A instituição escolar precisa dispor de ambientes e profissionais que possibilitem a prática de valores, igualdade e respeito entre pessoas de sexos diferentes e permita que a criança conviva com todas as possibilidades relacionadas ao papel do homem e da mulher. Objetivou-se, com esta pesquisa, compreender o papel do educador na formação da identidade de gênero, assim como entender como os estereótipos impostos pela sociedade interferem nas relações escolares e sociais. A escola é uma das esferas sociais por onde transitam conceitos, valores, crenças, relações.

Ora, pensando o espaço escolar como uma instituição reprodutora de ideologias e de valores sociais na sociedade moderna, ela pode ser transformadora ou opressora. A formação continuada dos/as professores/as deve ser pensada a partir da perspectiva da educação em direitos humanos para que a escola possa ser engajada com os valores democráticos. Assim, a prática docente comprometida com a transformação social e o empoderamento dos/as sujeitos/as deve, necessariamente, voltar-se para discussões daqueles/as que foram silenciados/as historicamente.

A discussão sobre as relações de gênero e diversidade faz parte da educação em direitos humanos, uma vez que esta se respalda na construção de uma sociedade mais justa e democrática e que apresenta como valor a diversidade humana em todos os seus aspectos.

## **DISCUSSÃO**

---

Este tópico aborda, de forma inicial, concepções e os significados atribuídos a alguns termos como diversidade e diferença nos discursos que envolvem o ambiente educacional no estudo sobre as representações de educadores/as acerca da diversidade sexual que influenciam a (des)construção de atitudes preconceituosas e discriminatórias que são manifestadas na instituição escolar e ocasionam diversos outros tipos na sociedade.

Pensando no espaço da escola, uma das formas para lutar a favor da igualdade/aceitação a partir das diferenças, ou seja, da alteridade é através de muitas iniciativas na luta, tais como a militância dos movimentos sociais, as ações governamentais e as políticas públicas que buscam construir institucionalmente uma igualdade em meio à diferença, como uma forma de dar oportunidade aos grupos que, por muitos anos, foram excluídos da população brasileira.

As indagações desenvolvidas neste estudo são frutos de nosso questionamento e fazem parte de um esforço que fazemos para entender os discursos que norteiam essas temáticas. Nesse sentido, este tópico visa identificar, por meio de uma revisão bibliográfica, o panorama

da produção acadêmica nacional pertinente aos temas diversidade e diferença no espaço educacional, à luz da Teoria das Representações Sociais.

Diante desta perspectiva, trabalhar em prol do respeito e da convivência harmônica das diferenças ajudam aos estudantes de uma forma geral, e em especial, à criança que está no processo de aquisição do ensino/linguagem, a não discriminar e, sim, aceitar o outro. Dessa forma, por meio de uma boa intervenção pedagógica, os/as docentes poderão trabalhar a identidade de gênero, etnicorracial ou outros marcadores de diferenças sociais a partir da valorização da autoestima, na tentativa de reverter os valores preconceituosos inseridos por determinados meios de comunicação, ou até mesmo dos pais.

Mediante ao que foi exposto, é relevante ressaltar que, segundo Morin (1973), a diversidade e a variedade de indivíduos sempre existiram. É um fenômeno natural, estabelecido pela evolução de uma espécie sobre a outra, por meio do qual a sociedade se alimenta e cria e recria seus estatutos, modelos e escalões e, até, as classes sociais, em que as hierarquias se estabelecem.

Entende-se que a sociedade organiza seus papéis sociais e determina os que irão pertencer a determinada camada social e os que irão ser excluídos dela. Para que isso aconteça, demarca os desviantes, os estranhos, os diferentes e os marginais, ou seja, todos os que precisam ser marcados por seu selo. A diferença ganha inúmeros significados, cada um de acordo com as relações de poder presentes na situação, razão pela qual é necessário nomeá-la e categorizá-la, pois, só assim, podemos inclui-la numa perspectiva do aceitável. É relevante dizer que, ao categorizar objetos ou pessoas, imputamos rótulos e identidades não usuais ou não familiares, que fazem aflorar ações estigmatizantes e excludentes (Rangel, 2011).

A Teoria das Representações Sociais propõe uma relação simultaneamente individual e social, que ultrapassa a dicotomia entre o indivíduo e a sociedade. É exatamente nesse ponto que reflete sobre a indivisibilidade entre o indivíduo e a sociedade na produção de representações sociais. Essa construção advém das relações sociocognitivas e afetivas. Nesse sentido, a representação social é uma estrutura psicológica relativamente autônoma, pertence a uma sociedade em que se instaura a não ruptura entre o individual e o social.

Consoante Moscovici (2012), as representações sociais não são somente opiniões sobre, ou imagens de, mas teorias construídas coletivamente. Sua utilização é de grande valia para a Educação, embora tenha apresentado desafios que os pesquisadores em Educação devem enfrentar e resolver para melhor adequá-la aos objetivos propostos ao estudo de determinado objeto social na Educação.

Moscovici (1978, p. 05) compreende a representação social como um conhecimento prático, uma teoria do senso comum: “Trata-se de uma modalidade de conhecimento na perspectiva do indivíduo que dá sentido às práticas sociais e procura compreender os significados que as pessoas atribuem a um objeto social”. É importante salientar que a representação social é um conhecimento prático, uma teoria do senso comum, que não despreza as diversas formas de conhecimento produzidas e mobilizadas pela sociedade. Para o autor, a representação social contempla a coexistência de duas classes de pensamento: os universos consensuais e os universos reificados. Os primeiros nos encaminham ao conhecimento proveniente das massas, do povo, melhor dizendo, do senso comum; os segundos nos remetem ao conhecimento especializado, aos objetivos lógicos e hierarquizados oriundos das ciências. Portanto, o pensamento se processa a partir dos dois universos: o da ciência e o do senso comum. Ambos os universos são próprios de nossa cultura.

Para Jodelet (1993), as Representações Sociais são importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam em direção à compreensão dos fenômenos observáveis do cotidiano na maneira de interpretá-los, estatuí-los e de tomar uma posição a seu respeito, isto é, são preparatórias para desencadear uma ação, regulando e dando sentido a comportamentos. Enquanto fenômenos cognitivos associam o pertencimento social dos indivíduos às implicações afetivas e normativas. Possuem três dimensões que orientam os objetos: a atitude (orientação global ao

objeto) é a mais frequente; a informação (organização dos conhecimentos que o grupo possui do objeto); imagem (unidade hierarquizada de elementos).

A representação social é um saber prático que liga um sujeito a um objeto, com determinados elementos e relações; é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). Tem uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (que lhe confere significações) com seu objeto que faz da representação uma construção e expressão do sujeito (Jodelet, 2001). No contexto das representações sociais, o trabalho se destaca na tentativa de capturar a realidade e o movimento advindo dele. Foi possível perceber, na fala dos docentes, um desabafo, um pedido silencioso de socorro em relação às novas demandas da escola, o que sugere a necessidade de pensar na escola em seu sentido mais amplo, com o olhar voltado para uma cultura de pertencimento, em que a educação inclusiva realmente aconteça. Segundo Jodelet (2001, p. 26):

[...] a representação social é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. São sistemas de interpretações que regem as relações do sujeito com o mundo, no sentido em que orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais, assumindo forma de linguagem comum.

Importa dizer que as representações sociais, como parte do imaginário social, são carregadas de ideias, valores e crenças que se articulam e se organizam de modos específicos e singulares em busca de significados e sentidos. Compreendemos que as estruturas sociais e suas interações são dotadas de significados, em que se abrigam teorias, doutrinas e crenças que circundam os sujeitos e que os indivíduos utilizam para elaborar suas respostas, ao mesmo tempo em que contribuem para construir e reconstruir uma realidade comum. Portanto, ao desvelar as concepções e as vivências de educadores/as acerca da diversidade sexual, entendemos que é preciso promover cursos de formação inicial e continuada que forneçam constantemente (in)formações precisas e atualizadas sobre esses temas.

As relações etnicorraciais no Brasil têm se constituído como foco crescente de discussões político-pedagógicas e sociais, bem como de produções científicas que têm fomentado ações de políticas educacionais, tais como a Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), que torna obrigatória a inclusão da história da cultura e história africana e afro-brasileira no âmbito de todo o currículo escolar. Dessa forma, destaco a alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Na última década, o Brasil presenciou o estabelecimento e o aprofundamento de uma tendência: o progresso educacional das mulheres quando comparadas com os homens. Com efeito, os indicadores educacionais mostram êxitos significativos, representados pela drástica redução das desigualdades socioeducacionais por gênero. Conforme dados processados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE.

De forma semelhante, outros indicadores educacionais revelam o progresso das mulheres. Particularmente, as mulheres apresentam uma taxa de analfabetismo inferior, uma maior frequência escolar e uma defasagem escolar média significativamente inferior à dos homens. Quanto à conclusão dos diferentes níveis do Ensino Básico, também se verifica a superioridade do sexo feminino. Entretanto a desigualdade de gênero ainda se manifesta em outras dimensões, em que a questão educacional aparece interconectada com outros aspectos das condições de vida ou do mercado de trabalho. Em relação à porcentagem das mulheres que concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio, ou trabalham, ou estão procurando emprego, a porcentagem das mulheres jovens ainda é inferior à média nacional (ou seja, elas estão fora do mercado de trabalho).

É uma das competências da escola, importante espaço social, contribuir para a transformação da sociedade, por meio de um lugar propício ao pleno exercício da cidadania pelos jovens, uma vez que ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias, misturamos a vida com a educação (Brandão, 1985, p. 7).

## **CONCLUSÃO**

---

Os questionamentos contemplam a estrutura das representações sociais entre professores sobre diversidade, concepções reproduzidas nos materiais pedagógicos, tem material didático no acervo da escola, livro didático em que trabalha dentro desta perspectiva da diversidade; o ponto principal se faz na intervenção através do diálogo, desta forma os/as docentes propiciam aos estudantes um ambiente em que o respeito e a diversidade são “andam” juntos.

Acerca da representação social dos/as docentes sobre diversidade sexual, a pesquisa identificou que a maioria parece engessada em ideias com certa carga de preconceito, estereótipo e reducionistas em relação à sexualidade humana. Uma pequena parte dos professores considera respeitar o outro, mesmo não possuindo ainda subsídios que fundamentem a representação.

Com este estudo, esperou-se contribuir para o conhecimento acerca da Diversidade de gênero, especialmente no que tange à reflexão dos docentes como agentes participativos na transformação social.

Sobre a utilização de os textos didáticos que trabalham com a diversidade, as respostas afirmativas foram predominantes. Contudo, contraditoriamente com relação a questão da formação continuada sobre a diversidade de gênero, as respostas sinalizam distanciamento com experiências de formação continuada sobre o tema por parte de algumas docentes. Nesse sentido, os/as docentes, tendem a naturalizar, que existem práticas valorizadoras da diversidade na escola. Muitas vezes, por não entender a sua história do país se tem receio de lidar com este tema publicamente. Talvez por isso, muitos professores/as se mostram, hoje, incapazes de lidar com temáticas como diversidade e diferenças de gênero, preconceito e racismo com relação as práticas racistas que existem diariamente nas escolas. Consciente ou não, professores/as, alun9os/as e funcionários se veem constantemente envolvidos em situações preconceituosas.

É relevante pensar acerca de questões como diversidade, diferenças de gênero de forma crítica, já que hoje são, inclusive, utilizadas pelos discursos oficiais (inclua-se neles os governamentais) como “legítimas questões de conhecimento”. Deve-se estar atento ao fato de que as teorias sobre a diversidade e o multiculturalismo, assim como as discussões que dela emanam, sofrem da ausência de uma teoria da identidade e da diferença.

No que se refere a “construção e reprodução das representações sociais de gênero de docentes” no processo ensino aprendizagem, percebe-se motivação, determinada dedicação que ultrapassa os conteúdos obrigatórios, no relacionamento docente-estudante, visando fortalecer relações sociais democráticas e interação positiva no cotidiano da escola. Desta forma, as representações sociais são relacionadas aos processos indenitários, quanto aos marcadores sociais, e através do trabalho em sala de aula dos/as docentes através de diálogos e vivências é trabalhado que façam com que os/as estudantes reflitam a certa dessa temática.

A discriminação racial se reproduz em vários contextos sociais das relações entre vários grupos, por exemplo, entre pobres e ricos, mulheres e homens, negros e brancos, entre grupos com diversidade de orientações sexuais. Nesse contexto a escola não se encontra isenta dessas reproduções. A escola deixou de representar o papel de instituição disciplinadora e castradora, mas continua exercendo o papel de reprodutora da ordem vigente, adequando-se às exigências

governamentais que por sua vez incluíram em sua pauta reivindicações que se tornaram políticas públicas. É necessário ir além dos estereótipos, desconstruir o preconceito camuflado que existe na nossa sociedade, colocar em xeque a normatividade que oprime os povos, que condena os gêneros, a cultura da desvalorização do ser humano. E a escola é uma das instituições necessárias para que tal discussão inicie.

Trabalhar as diferenças não é uma tarefa fácil para o/a docente, porque para lidar com elas é necessário compreender como a diversidade se manifesta e em que contexto. Portanto, pensar uma educação escolar que integre questões dos marcadores das desigualdades, significa progredir na discussão a respeito das desigualdades sociais, das diferenças raciais e de outros níveis e no direito de ser diferente, ampliando, assim, as propostas curriculares do país, buscando, então, uma educação mais democrática. Também se fazem necessárias algumas mudanças no cenário escolar para que se reverta esse perverso quadro de discriminação racial na escola. Uma formação continuada de professores numa perspectiva da diversidade; a retirada de material de conteúdo racista do acervo das escolas e a criação de um núcleo específico na Secretaria da Educação a fim de trabalhar sobre os temas no ensino brasileiro.

O/a profissional de educação tem, portanto, uma grande responsabilidade ao atuar na vida escolar, visto que ele (a) será o(a) mediador(a) no processo em que o indivíduo se apossará e reelaborará as “ferramentas” que utilizará para se guiar na cotidianidade; ou seja, docentes e pedagogos(as) estabelecem uma mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas e a ética de outras integrações maiores,

A instituição escolar precisa dispor de ambientes e profissionais que possibilitem a prática de valores, igualdade e respeito entre pessoas de sexos diferentes e permita que a criança conviva com todas as possibilidades relacionadas ao papel do homem e da mulher. Objetivou-se, com esta pesquisa, compreender o papel do educador na formação da identidade de gênero, assim como entender como os estereótipos impostos pela sociedade interferem nas relações escolares e sociais. A escola é uma das esferas sociais por onde transitam conceitos, valores, crenças, relações.

Ora, pensando o espaço escolar como uma instituição reprodutora de ideologias e de valores sociais na sociedade moderna, a mesma pode ser transformadora ou opressora. A formação continuada dos/as professores/as deve ser pensada a partir da perspectiva da educação em direitos humanos para que a escola possa ser engajada com os valores democráticos. Assim, a prática docente comprometida com a transformação social e empoderamento dos/as sujeitos/as deve, necessariamente, voltar-se para discussões daqueles/as que foram silenciados/as historicamente.

A discussão sobre as relações de gênero e diversidade faz parte da educação em direitos humanos, uma vez que está se respalda na construção de uma sociedade mais justa e democrática e que apresenta como valor a diversidade humana em todos os seus aspectos.

**AGRADECIMENTOS:** Não aplicável.

**CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES:** França, J. M. Contribuição de autoria: Concepção e desenho do texto, Fundamentação teórica, Escrita do texto, A autora ler e aprovou a versão final.

**CONFLITOS DE INTERESSE:**

"A autora declara que não há conflitos de interesse".

## **REFERÊNCIAS**

Boavida, J., & Amado, J. (2008). *Ciências da educação: Epistemologia, identidade e perspectivas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Bourdieu, P. (2012). Cap. II: Introdução a uma Sociologia Reflexiva. In: Bourdieu, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 17-58.

Brasil, Ministério da Educação. (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF. 1997.

Brasil. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base Brasília. (2017). Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.

Brasil. Conselho Nacional de Educação. (2004) Conselho Pleno. Parecer CNE/CP003/2004

Brasil. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. (2003). Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm) . Acesso em: 12 jan. 2023.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira. Brasília: casa civil da presidência.

Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (2006). O Planejamento da pesquisa qualitativa – Teorias e abordagens. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Flick, U. (2009). Introdução à Pesquisa Qualitativa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, p. 405.

Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.). As representações sociais. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 17-44.

Jodelet, D. (1993). Representações Sociais, um domínio em expansão. Tradução Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica Alda Judith Alves Mazotti. UFRJ Faculdade de Educação.

Louro, G. L. (2003). Gênero, sexualidade e educação. 6ª ed. Petrópolis: Vozes.

Louro, G. L. (2010). Pedagogias da sexualidade. In: Louro, G. L. (Org.). O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, p. 7-34.

Lugones, m. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas, Florianópolis*, 22(3), 935-952.

Morin, E. (1973). O paradigma perdido: a natureza humana. Lisboa: Europa-América.

Moscovici, S. (2015). Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes.

Nogueira, O. (2006). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestões de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social, revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 01, novembro. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/MyPMV9Qph3VrbSNDGvW9PKc/> Acesso em: 03 de set. de 2024.

Quijano, A. (2005). A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-139.

Rangel, M. (org.). (2011). Diversidade, diferença e multiculturalismo. Niterói: Intertexto.

Ribeiro, P. S. (2023). "Preconceito de classe social"; Brasil Escola. Disponível em:

**Recebido:** 3 de maio de 2024 | **Aceito:** 8 de novembro de 2024 | **Publicado:** 31 de dezembro de 2024



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.